

ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA, DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO ÀS DEZOITO HORAS.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas, sob a Presidência do Senhor Vereador **Renato Barrera Sobrinho**, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, e presentes os demais membros da Mesa Diretora: Vice-Presidente, Vereador **Márcio Henrique Eiti Iquegami**; Primeiro Secretário, Vereador **Hélio Lisse Júnior**; Segundo Secretário, Vereador **Héilton de Souza**; e com as presenças dos Senhores Vereadores **Edna Marques da Silva, João Luiz Stellari, João Paulo Morelli, José Roberto Pimenta, Leandro Marcelo dos Santos e Tarcísio Cândido de Aguiar** realizou-se, de maneira mista, ou seja, presencial e tele presencial, a Nonagésima Quinta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa, Décima Oitava Legislatura da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia. O Vereador Márcio Henrique Eiti Iquegami participou da sessão de maneira tele presencial. Feita a chamada e, verificado haver número regimental, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", dá por iniciados os trabalhos, convidando o Vereador Hélio Lisse Júnior para que proceda a leitura de um trecho do Santo Evangelho. Iniciando os trabalhos, passa-se à apreciação da Ata da Nonagésima Quarta Sessão Ordinária do dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. A ata é colocada em discussão. Não havendo oradores, em votação, sendo **aprovada** pela unanimidade dos Senhores Vereadores presentes em Plenário. Continuando os trabalhos, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda a leitura das Ementas dos Projetos constantes do expediente. **Projeto de Lei nº 6064/2024**, avulso nº 07/2024, de autoria do Executivo, que autoriza a desafetação da área destinada a "Sistema de Lazer", do loteamento denominado Jardim Tropical, nesta cidade de Olímpia/SP, bem como autoriza a construção da nova sede do "Abrigo São José" e dá outras providências. O Projeto é

encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **Projeto de Lei nº 6065/2024**, avulso nº 08/2024, de autoria do Executivo, que alteram dispositivos da Lei nº 4.583, de 25 de fevereiro de 2021, que disciplina a exploração de serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros, por meio de plataformas digitais gerenciadas por Provedoras de Redes de Compartilhamento - PROVER e dá outras providências. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **Projeto de Lei nº 6066/2024**, avulso nº 09/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre permuta, com torna, de área de propriedade do Município da Estância Turística de Olímpia por área pertencente a Abrigo São José de Olímpia e dá outras providências. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação.

Prosseguindo os trabalhos, passa-se a leitura do resumo das **Requerimentos**. Nos termos do artigo 237, Inciso II, alínea i, do Regimento Interno, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda à leitura do Resumo dos **Requerimentos** apresentadas salientando que as mesmas seriam encaminhadas aos setores competentes, para as providências cabíveis, pois já haviam sido deferidas pela Presidência: **34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48/2024**, de autoria do Vereador José Roberto Pimenta. **49/2024**, de autoria do Vereador Tarcísio Cândido de Aguiar. **51/2024**, de autoria do Vereador Leandro Marcelo dos Santos. Esgotados os Requerimentos, passa-se a leitura do resumo das Indicações. Nos termos do artigo 237, inciso III, alínea b, do Regimento Interno, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda à leitura do Resumo das **Indicações** apresentadas salientando que as mesmas seriam encaminhadas aos setores competentes, para as providências cabíveis, pois já haviam sido deferidas pela Presidência: **73, 74, 75, 76, 77 e 78/2024**, de autoria do Vereador João Paulo Morelli. **79, 80, 81, 128 e 129/2024**, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior. **82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 126 e 127/2024**, de autoria da Vereadora Edna Marques da Silva. **89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98 e 99/2024**, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho. **100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 130 e**

131/2024, de autoria do Vereador Leandro Marcelo dos Santos.
115/2024, de autoria do Vereador Márcio Henrique Eiti Iquegami.
116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124 e 125/2024, de autoria do Vereador Héilton de Souza. Esgotadas as matérias constantes do Expediente, passa-se, a seguir, aos **minutos regimentais** a que têm direito os Senhores Edis para fazer uso da palavra. Usam da palavra os Vereadores: **Edna Marques da Silva**: (sem revisão do orador: 18:12) "Boa noite à mesa, boa noite ao presidente. Boa noite aos nobres pares, boa noite aos funcionários dessa casa, ao público que nos assiste aqui pela galeria, em nome da professora Valéria, quero cumprimentá-los. Cumprimento àqueles que nos assistem pelas redes sociais, boa noite a todos. Essa semana eu fiz várias indicações e a maioria delas versou sobre a limpeza pública, principalmente o recolhimento dos galhos das podas de árvores. O que está ocorrendo? Está ocorrendo a poda de árvore e o caminhão está demorando para passar, e com essas chuvas, uma hora chove outra hora não chove, está empossando água. E nós estamos vivendo aí um período crítico de dengue e falando com o Fernando Bastiega, o secretário, eu tenho pedido agilidade, ele tem atendido, mas esse serviço da limpeza após a poda precisa ser um pouco mais organizado para que nós não venhamos enfrentar aí um surto de dengue por conta dessas águas que param justamente pelos galhos acumulados. Um outro assunto que eu queria tratar, até eu tinha visto o seu Jesus por aí, é a respeito desse decreto, o 9049, que nós fomos surpreendidos com esse decreto e eu só tomei conhecimento porque eu fui procurado por um servidor do Daemo, que ele tomou conhecimento do decreto e que ele não sabia se o cargo dele ia estar ou não em extinção. Como vereadora dessa casa, o que eu queria dizer é o seguinte, nós tivemos várias reuniões com o Executivo que antecedeu a privatização do Daemo. Nós tivemos várias reuniões. E quando nós tratamos em relação aos servidores, o que foi tratado é que todos seriam realocados, realocados no serviço público, realocado nos diversos serviços que o município tem, e que nenhum seria colocado à disposição. Todos seriam realocados. E aqueles que tivessem interesse em ficar na empresa, que fosse a vencedora do certame para administrar o Daemo, ela poderia

contratar algum desses servidores. Eles teriam dois anos de estabilidade para ficar no cargo, para ficar na empresa e depois decidir se eles queriam ou não se exonerar da prefeitura e seguir na empresa. Esse decreto, ele vem nos surpreender porque essa extinção e a vacância dos cargos não foi isso. Nós, pelo menos em nenhuma das reuniões que nós tivemos, tanto com o Executivo como com o Jurídico, isso não foi abordado em nenhuma das reuniões. Eu acho que todos os vereadores que estão aqui participaram das reuniões. E quando eu tomei conhecimento na quinta-feira, imediatamente eu desci aqui na Câmara, falei com o Barrera, o presidente, eu falei: "Barrera nós precisamos falar tanto com o jurídico como com o prefeito porque isso não foi abordado para nós. Então não dá para mexer nas regras do jogo com o campeonato rolando. O que foi falado é que todos os servidores seriam realocados nos diversos órgãos". E a partir do realocamento para o mesmo cargo ou para um cargo assemelhado, aí sim o cargo seria extinto, mas ele já estaria alocado em outro cargo. E não é isso que a gente está vendo. O Barrera nos passou uma informação que o jurídico mandou para nós. Mas não foi essa a conversa que nós tivemos para as tratativas da privatização do Daemo. Então, eu fiquei tão surpresa quanto os funcionários por esse decreto. Eu sei que o sindicato está tomando algumas medidas, mas nós fomos tão surpreendidos quanto. Quando nós votamos e quando nós concordamos, aqui eu faço a mea culpa também, quando nós concordamos com a privatização do Daemo, não existia nenhum risco, nenhum risco para os servidores. Eu, como servidora pública, jamais votaria num projeto que colocaria os meus semelhantes em risco. Então, nós vamos acompanhar o desenrolar desse decreto, o que vai acontecer, mas foi uma situação que nos deixou, assim, muito entristecida, porque não foi isso que nós tínhamos conversado e também fomos pegos de surpresa, está bom? Boa noite, muito obrigada." **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 18:20) "Boa tarde a todos os internautas que nos acompanham, nosso público aqui presente através do seu Jesus Búzio cumprimento a todos e gostaria de lembrar a população de um modo geral que a partir de amanhã, dia 15, inicia a execução do contrato de licitação da

empresa vencedora da área azul que começa a explorar a partir de amanhã. Nós teremos uma mudança bem expressiva na área azul da nossa cidade, com a delimitação de vagas, a demarcação de vagas, a substituição de placas que já está em andamento. A gente sabe um pouco desse processo porque o investimento da empresa chega a 700 mil reais só na parte estrutural para que comece a exploração faz parte do contrato. Tinha uma empresa que foi desclassificada e é bom dizer aqui para os senhores vereadores que a Riso Parque, essa empresa simplesmente teve o seu contrato de exploração cancelado na cidade de Marília por não cumprir a licitação. Graças a Deus, a cidade de Olímpia ficou livre desse problema, dessa terceirizada que não era e não é confiável. Eu fiz um pedido para que as placas, agora com o início do exercício, com a disponibilidade de caixa na secretaria, que as placas de sinalização que estão apagadas, tem muitas na cidade que sejam substituídas e já estão sendo. Além do mais, gostaria também de falar para todos que quando estava à frente daquela secretaria havia iniciado um processo de licitação para compra de dois veículos, duas saveiros. Isso foi concluído também. As saveiros já estão plotadas e serão entregues para serem utilizadas junto ao setor de trânsito da nossa cidade. Toda hora nós precisamos de movimentação de cavalete, também de cones, e esses veículos vão dar suporte àquela secretaria na realização desse serviço de fiscalização e estruturação do setor de trânsito. Muito obrigado.” **José Roberto Pimenta:** (sem revisão do orador: 18:23) “Boa noite. Boa noite todos os nobres pares, todos os internautas, todos os funcionários da casa, seu Jesus no qual eu cumprimento todos que estão aqui e dizer também que fiz algumas indicações, conversei também com o secretário, Edna. Realmente também algumas pessoas procurou que, relatando que por volta de mais de um mês que não tem esse serviço de cata-galho, uma amiga que chama Neide falou que na frente da casa dela fazia mais de um mês que não catava galho também, enfim. Mas estive lá falando com o secretário, ele justificou. Também fui procurado, esse decreto também, igual a sua fala, me pegou também de surpresa, totalmente de surpresa, seu Jesus, porque todas as reuniões não foi isso que foi falado, que todo servidor seria alocado, todo servidor também

seria, inclusive foi até uma sugestão da Edna, eu me lembro bem na reunião, presidente, que ela pediu que seu servidor pudesse, se ele tivesse a oportunidade de dois anos de ficar afastado, sem remuneração, pra ele poder ficar lá, pra ele ver se ele adaptava na empresa, depois se ele não se adaptasse ele voltava pra prefeitura e foi aderido. Eu não sei, não recordo se foi por um ano ou se foi aceito os dois, os dois anos. Enfim, e mesmo assim, fomos todos surpreendidos com esse decreto que nós vamos lutar para que isso seja revertido, porque é direito de vocês. Não foi passado para nós, acredito que todos os vereadores aí concordam que é direito de vocês, não é, doutor Hélio, dos servidores. Nós vamos lutar também para que isso seja revertido esse decreto que vocês têm esse direito sim, com certeza pode contar conosco. Boa noite a todos, Deus abençoe. Ótima semana.” **Leandro Marcelo dos Santos:** (sem revisão do orador: 18:26) “Boa noite. Eu acho que não é só o catar galho. Acho que está faltando planejamento nessa administração, porque a população paga seus impostos e não estão tendo o serviço necessário. E o nosso distrito de Baguaçu está pedindo socorro. Todo dia estou recebendo vídeo de buraco naquele distrito. Então, João, como você é nosso interlocutor, eu gostaria que pedisse ao secretário de obras que desse atenção no distrito de Ribeiro de Santos. Eu acho que tem um subprefeito lá, ele precisa começar a trabalhar. A população precisa de resultado. E as estradas rurais, vai começar agora as aulas e precisamos da manutenção nas estradas rurais. Porque todo mundo vende coisa linda e na verdade a população está aí sofrendo. E a gente fica sendo cobrado e aí precisa dar resposta para a população. E hoje Edna, eu passei em frente o recinto foi investido naquele museu acho que bastante dinheiro e ele só está ficando fechado. Subindo o recinto tem um museu, você pode passar lá só vive fechado. É um dinheiro mal investido, eu acredito, porque você pergunta e ninguém responde nada. Então a gente fica indignado. Pessoas cobrando essa empresa de ônibus. Aqui vem todo mundo falar que está lindo, mas a população está sofrendo. E a gente fica indignado com essa situação que a vereadora destacou do decreto. Na verdade o que o Executivo fala nada é verdade. Então, Jesus, pode contar a gente foi pego de

surpresa também. Não é não é demagogia não, o senhor me conhece. Eu acho que ficou muito mal explicado isso aí. Eu peguei, como a Edna falou, o jogo andando. Eu estou aqui recente. Mas os funcionários não merecem essa atenção que o senhor prefeito está dando por decreto. Eu volto na liderança." Assume a presidência o Vereador Hélio Lisse Júnior. **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 18:30) "Boa noite a todos os internautas que nos acompanham através das redes sociais. Boa noite à mesa diretora, nobres pares, funcionários desta casa. Boa noite a minha família que me acompanha também através das redes sociais. E ao advogado Paulo do sindicato, boa noite a todos os presentes aqui na plateia. Queria iniciar dizendo que a semana foi uma semana de várias solicitações de manutenção em praças, em terrenos e fui pessoalmente até o Secretário de Meio Ambiente e zeladoria após ter protocolado os documentos aqui fui até ele é para que atendesse os vereadores nesses pedidos, nessas indicações e lá ele me mostrou o cronograma de manutenção e limpeza no município. É sabido a todos que devido à chuva o índice de mato nos locais cresce muito rápido e às vezes o pessoal faz a limpeza em determinados locais, no mês seguinte, menos de um mês tem que voltar no local e fazer novamente então a demanda nesta época é grande e ele me mostrou o cronograma para a Olímpia inteira, Baguaçu e os distritos e na medida do possível vai estar atendendo a todos dentro da demanda e do cronograma existente. O mesmo contato fiz com o secretário de Obras, Tulio Pinheiro, falando a respeito dos tapas buracos e também existe um cronograma a ser cumprido. Ele disse que devido ao começo do ano a licitação da massa asfáltica estava sendo concluída e após a conclusão e a entrega, de imediato estaria atendendo como prioridades locais de maior demanda e necessidade, e o planejamento é que também seja feito em toda a Olímpia e seus distritos. Queria dar os parabéns à secretária Raquel Crepaldi pela organização do nosso carnaval aqui de Olímpia, a nova estrutura colocada lá com o palco no final, como foi esse ano diferente do ano passado, ficou melhor localizado tivemos muitos elogios nesse sentido que todo mundo que estava ali pôde apreciar os shows ali naquele local, devido ao palco estar naquela posição.

Fica meus parabéns à secretária Raquel Crepaldi e a todos que participaram na comissão, podendo dar esses momentos de lazer aos nossos munícipes. Encerro a minha fala aqui e volto no tempo da liderança para falar sobre outros assuntos pertinente a esta sessão.” Reassume a presidência o Vereador Hélio Lisse Júnior.

Tarcísio Cândido de Aguiar: (sem revisão do orador: 18:34)
“Senhoras e senhores, boa noite. A plateia que nos assiste em nome do Sr. Jesus Búzio, nosso amigo. Gostaria de estar aí cumprimentando a todos. Meu amigo Milton Monteiro. Com grande pesar que a gente fala de 231 casos positivos de dengue no nosso município e 472 casos aguardando o resultado. A dengue, felizmente ou infelizmente, é uma tragédia anunciada de todos os anos, no início do verão, durante o verão, nós já sabemos que o tempo de chuva e que essa manifestação acontece anualmente em função desse binômio, chuva e calor, então acho que a municipalidade deveria estar já adaptada e fazendo um trabalho contínuo aí para que a gente pudesse minimizar esse dano. Gostaria também de solicitar ao prefeito, ao secretário de administração, não é, Marcelo, que pediram 30 dias para entregar aqui pra SEI. A documentação não precisa de nada, é só o documento que já está lá pronto, preparado, para que possa elucidar a SEI desta casa, mas parece que a administração teima em atrasar esses trabalhos. Para que isso, gente? Prefeito, o senhor sempre agiu com tanta lisura, fez um mandato bonito, limpo. Eu até entendo que nós temos agora um novo secretário, tivemos 44% de menos transparência no nosso município, que é muito ruim. Mas manda documentação para que a gente possa fazer a sustentação da SEI. Teve que a justiça pedir para abrir essa SEI nessa casa. Olha só a que ponto nós chegamos. E os pais de família continuam ainda sem ter recebido os seus acertos, o João subiu aqui, pegou papel, falou um monte de número bonito, que o fulano já recebeu, ciclano, mas está cheio de gente que não recebeu, estava aqui na plateia, uma pessoa que não tinha recebido e mais outros seis, sete, oito, e nós já fomos conversar que sequer foram intimados, olha só. Então vamos ajudar esse pessoal, vamos ajudar esse pessoal a receber o que tem de direito, o que eles têm das suas rescisões, dos seus direitos trabalhistas. Por favor,

prefeito. Por favor, secretário de Administração, o senhor está com o seu salário em dia, a prefeitura paga direitinho, então vamos ajudar que essas pessoas que já foram demitidas o ano passado recebam as suas indenizações trabalhistas e rescisórias, por favor. Muito obrigado, eu volto no momento da liderança.” Não havendo mais oradores nos três minutos regimentais, passa-se ao tempo das **Lideranças**. Usam da palavra os Vereadores: **Hélio Lisse Júnior**: (sem revisão do orador: 18:39) “Volto a essa tribuna, deixei esses três minutos, senhor Jesus, para falar a respeito da sua demanda. Eu conversando com a Vereadora Edna, que participou ativamente da análise do projeto de concessão no qual eu não votei e nem o vereador Lorão votou, mas a Edna me garantiu que ao analisar o projeto de concessão, o que foi pedido por essa casa através dos seus vereadores seria estabelecer no projeto de lei garantias individuais aos senhores trabalhadores do Daemo que estava em fase de concessão. Isso quando a gente analisa o decreto que essa casa aprovou realmente nós vimos que houve no mínimo, esse pensamento de garantias. Agora, direitos trabalhistas, eu que também sou funcionário público, é tido como sagrado. Eu tenho essa consciência que direito trabalhista não se pode ser usurpado. E mais do que isso, vamos tentar resolver esse impasse, senhor Jesus. Presidente Barrera diz que está marcando uma reunião com seu prefeito municipal para que atenda esses vereadores no sentido de na forma administrativa tentar revogar esse decreto ou adequar. Isso nós estamos falando de forma administrativa, em conversa. Caso contrário, havendo resistência por parte do Executivo, nós temos que o projeto de lei aprovado por essa Câmara, ele é soberano. Na hierarquia de leis, decreto e projeto de lei, o projeto está acima do decreto. Então, não teria uma outra saída a não ser a judicialização. Mas, Edna, vamos tentar, dessa forma administrativa, resolver esse impasse. Porque não foi isso que essa Câmara pensou em trazer, como garantia, aos senhores funcionários do Daemo quando a gente lê os artigos de referência que fala do aproveitamento dos funcionários sem que tenham nenhum tipo de perda salarial ou direitos. Está lá estabelecido. Se o decreto que está abaixo é conflitante, ele precisa se adequar ao

projeto de lei que esses vereadores aqui aprovaram, não é, Edna? A Edna que é também advogada, o Zé Cocão, sabe desse princípio hierárquico de leis e é isso que nós vamos ter que mostrar para o setor jurídico da Prefeitura. Está havendo um conflito e está havendo prejuízo. Não é possível, eu vou encerrar minha fala, que um funcionário com 50, 56, quase beirando os 60 anos, vai conseguir se alocar na rede privada, ou melhor, no mercado de trabalho privado. Muito difícil isso acontecer. Obrigado a todos.” **Leandro Marcelo dos Santos:** (sem revisão do orador: 18:42) “Volto à essa tribuna. Bem lembrado, vereador Tarcísio, quando você fala da dengue. A dengue hoje em Olímpia já virou uma epidemia. Não é simples assim não, já está bem, bem grave e as pessoas estão desesperadas e a gente não está vendo o movimento. Eu acho que vai ter que chegar no momento de abrir até o dengário, que antes era na pandemia de 2020 e agora eu acho que a dengue vai ter que ter um tratamento diferente porque está grave, eu passei e sei do que eu estou falando. Então as pessoas estão desesperadas e o secretário novo usando a Secretaria de Saúde, Jesus, para fazer política. Virou um gabinete político lá. Então assim, não estão preocupados com a população, isso é balela. Ninguém está preocupado não. Porque hoje eu fui procurado e continua faltando remédio na farmácia. Será que não compraram remédio até hoje? Está faltando dipirona, não é mentira não, está aqui. Então assim, onde está entrando a população nessa? Desde outubro eu estou cobrando aqui a UPA que estão os ares quebrados lá. Pode passar lá agora se não estão abrindo as portas. E aí vem o ex-secretário que precisa de uma empresa. Sabe, eu acho que tá faltando planejamento para tudo. A população está ficando na mão. A gente é procurado, como acho que os colegas são procurados também. A gente tem que está aqui cobrando porque a coisa está ficando insuportável. Faltando remédio, continua faltando remédio na farmácia. E eu tenho que ouvir conversas de que está comprando. Desde outubro a gente tá pedindo planejamento, vai chegar o fim do ano, vai vir turista, vai aumentar. Custa fazer o planejamento? E a população agora tá pagando o pato, Tarcísio. Estamos em epidemia. Não é balela, não. E aproveitando o momento, o meu antecessor falou da votação do

decreto de Jesus, é por isso que eu falo pra população, os vereadores que são eleitos, ele tem que ficar aqui na Câmara pra votar, defender os seus interesses de quem votou em você. Não é sair daqui e virar secretário. Ele tem que vir aqui, ó, defender o interesse da população. Porque aí vem projeto polêmico, ele está como secretário. Aí o suplente corre o risco dele. Só essa colocação queria fazer. Boa noite.” Assume a presidência o Vereador Hélio Lisse Júnior. **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 18:45) “Volto no tempo da liderança para complementar aquilo que os vereadores antecessores se posicionaram com relação ao decreto mencionado. Eu acredito que todos nós vereadores fomos procurado a respeito desse decreto e como sempre nenhum de nós luta contra qualquer direito de funcionário, muito pelo contrário, luta para preservar os direitos do funcionário. Estou nessa casa de lei há três anos e pelo menos todas as vezes que o senhor Jesus nos procurou foi atendido, nós o ouvimos, fizemos algumas reuniões pertinente a alguns assuntos com relevância a funcionário público e sempre nos posicionamos em defender. E aqui eu falo nesse microfone olhando o seu Jesus aqui com muita clareza e convicção do que estou dizendo, não é, senhor Jesus? Todas as vezes que o senhor nos procurou nós os atendemos ouvimos e na medida do possível sempre buscamos solução para diversos segmentos do funcionalismo público e desta vez não vai ser diferente como meus antecessores já disseram aqui, estou entrando em contato com o jurídico de executivo e com o executivo para que nós, vereadores, aqueles que puderem estar disponível, possamos fazer uma reunião e buscar a melhor solução para esta demanda. Então fica aqui o meu posicionamento a favor de, como sempre, estar lutando para que haja uma solução viável para os funcionários públicos. Muito obrigado. Tenha uma boa noite a todos.” Reassume a presidência o Vereador Hélio Lisse Júnior. **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:45) “Os vereadores que me antecederam já falaram bastante sobre esse decreto antigo Daemo, agora atual Sabesp, mas isso aí realmente nos deixa bem intrigados e tristes, não é? Porque não foi uma, duas, três, nem 10, foram diversas reuniões que o Executivo teve com essa Casa de Leis para que

houvesse um entendimento e em todas elas, frisou muito bem a Edna e o Hélio, foi dito que o funcionário, ele teria, o que é legal, a sua estabilidade, ela seria totalmente amparada. E agora a gente, com muito espanto, recebe essa notícia, imagino que deve ser algo aí que pode ser um erro também. É difícil a gente falar que isso aí é algo que veio aí de sobranceto, de uma vez, de um dia para o outro alguém tirou essa mágica da cartola, falou: "Olha, agora os funcionários do Daemo não têm mais aquilo que lhes conferiram a câmara por lei. É muito triste ver isso vindo da base do governo, Helio Lisse Júnior falar em judicialização do governo ao qual ele é base. A Edna Marques falar do governo ao qual ela é base. Por quê? Porque isso demonstra que o governo não está em comunhão nem com as pessoas ao qual fazem a sua base aqui nesta casa. Então demonstra alguma falha demonstra que existe há algum erro aí muito triste da gente ver. Marcelo, em momento algum a gente votou Daemo para que houvesse agora hoje aí essa retirada dos direitos trabalhistas aí dos nossos amigos, companheiros, dos funcionários que têm sua estabilidade garantida por lei. E para terminar aqui a minha fala eu vou falar aqui de um amigo, do Otávio Sequetim, que nos deixou semana passada e fiz o voto aqui a solicitação do requerimento de encerramento dessa sessão e dizendo que a ausência dele deixando desolados seus familiares, amigos e conhecidos, nos deixando como exemplo seu modelo de vida, na qualidade de cidadão, de bem, homem de fé e a licença de família. Sabemos que a vida tem vários mistérios e o maior deles é a morte, então que Deus o ampare e o abrigue no seu seio. Que Deus nos abençoe, nos ilumine e nos ampare a todos sempre." A seguir, não havendo mais oradores inscritos aos três minutos regimentais às Lideranças, nos termos regimentais, é feita a chamada e, verificado haver número regimental, tem início a **ORDEM DO DIA**. Prosseguindo com os trabalhos, com a palavra o Senhor Presidente informa que será apreciada em primeiro turno o **Projeto de Lei Complementar nº 347/2024**. Esclarece ainda que o projeto necessita, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos Membros da Câmara, nos termos do inciso VII, do artigo 199, do Regimento Interno, ou seja, seis (06) votos dos Edis presentes. A seguir,

é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer n° 01/2024**, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Lei Complementar n° 347/2024**, avulso n° 05/2024, de autoria da Mesa Diretora, que altera dispositivos da Lei Complementar n° 02, de 05 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes em plenário. Usa da palavra o Senhor Presidente para esclarecer que o Projeto retornará a pauta da próxima Sessão Ordinária quando o projeto será apreciado em segundo turno. Dando continuidade aos trabalhos, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer n° 02/2024**, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Lei n° 6061/2024**, avulso n° 02/2024, de autoria do Executivo, que autoriza a Prefeitura da Estância Turística de Olímpia a firmar convênio objetivando proceder desconto em folha de pagamento em favor do Centro do Professorado Paulista e dá outras providências. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em plenário. Dando continuidade aos trabalhos, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer n° 03/2024**, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Lei n° 6063/2024**, avulso n° 04/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de créditos especiais e suplementares. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em plenário. Dando continuidade aos trabalhos, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer n° 04/2024**, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Resolução n° 303/2024**, avulso n° 01/2024, de autoria da Mesa Diretora, que

altera dispositivo da Resolução nº 205/2022. Com a palavra o Senhor Presidente informa o Plenário que o Projeto necessita do voto favorável da maioria absoluta dos Membros da Câmara, de acordo com o artigo 199, inciso IV, do Regimento Interno. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em plenário. Dando continuidade aos trabalhos, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer nº 05/2024**, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Resolução nº 304/2024**, avulso nº 06/2024, de autoria da Mesa Diretora, que altera dispositivos da Resolução nº 217, de 13 de setembro de 2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no âmbito do Poder Legislativo da Estância Turística de Olímpia. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em plenário. Com a palavra o Senhor Presidente informa o Plenário que de acordo com o Parágrafo Segundo, artigo 39, do Regimento Interno, que se encontra devidamente inscrito para fazer o uso da Tribuna Livre, o Senhor Jesus Buzzo, que terá o prazo de 10 (dez) minutos para falar sobre o tema: Esclarecimento do Decreto nº 9.049, de 06 de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. A seguir, nos termos regimentais o Senhor Presidente informa que a próxima Sessão Ordinária será realizada no dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", e atendendo ao Requerimento nº 49/2024, de autoria do Vereador Tarcísio Cândido de Aguiar, declara encerrados os trabalhos da presente Sessão Ordinária em Homenagem Póstuma a memória do Senhor Octavio Sacchetin Neto. Do que, para constar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa.--.--.--.--.--.